

Revista de

DIREITO CONTÁBIL FISCAL

SÃO PAULO • VOLUME 2 • NÚMERO 3 • JAN./JUN. 2020

Revista de
DIREITO CONTÁBIL FISCAL

COORDENAÇÃO
Marcelo Magalhães Peixoto
Edison Carlos Fernandes

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
S. Guedes Editoração

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Paym Gráfica e Editora

FONTE	ROTIS SEMI SANS 45 LIGHT
MIOLO	OFFSET 75 G/M ²
CAPA	SUPREMO DESIGN 250 G/M ²

Associação Paulista de Estudos Tributários – APET
Av. Paulista, 509, sala 704
01311-910 – São Paulo, SP
Tel./Fax: (11) 3105 6191
www.apet.org.br

MP Editora
Av. Paulista, 509, sala 705
01311-910 – São Paulo, SP
Tel./Fax: (11) 3105 7132
www.mpeditora.com.br

ISSN 2596 173X

“AS OPINIÕES MANIFESTADAS NOS ARTIGOS DESTA OBRA SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS SEUS RESPECTIVOS AUTORES.”

Revista de

DIREITO CONTÁBIL FISCAL

SÃO PAULO • VOLUME 2 • NÚMERO 3 • JAN./JUN. 2020



MP
EDITORA

CONSELHO EDITORIAL

Coordenadores

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO

EDISON CARLOS FERNANDES

Membros

ALEXANDRE EVARISTO PINTO

EDUARDO FLORES

FABIO PEREIRA DA SILVA

GERMAN ALEJANDRO SAN MARTÍN FERNÁNDEZ

HERON CHARNESKI

LUCIANA IBIAPINA LIRA AGUIAR

PAULO HENRIQUE PÊGAS

ROGÉRIO GANDRA DA SILVA MARTINS

RUDAH GIASSON LUCCAS

VICTOR BORGES POLIZELLI

CONSELHO CIENTÍFICO

EDMAR OLIVEIRA ANDRADE FILHO

ELIDIE PALMA BIFANO

ELISEU MARTINS

EURICO MARCOS DINIZ DE SANTI

HELENILSON CUNHA PONTES

LUÍS EDUARDO SCHOUERI

ROBERTO FRANÇA DE VASCONCELLOS

VANESSA CANADO RAHAL

COORDENADORES

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO

Presidente-fundador da Associação Paulista de Estudos Tributários (APET). Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET). Advogado e Contabilista em São Paulo e em Recife. Autor e coautor de diversos livros sobre direito tributário. Ex-membro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) do Ministério da Fazenda.

EDISON CARLOS FERNANDES

Advogado. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor do Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA USP).

AUTORES

ALEXANDRE EVARISTO PINTO

Doutorando em Direito Econômico, Financeiro e Tributário na Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do MBA em IFRS da FIPECAFI. Professor no Curso de Pós-graduação em Direito Tributário do IBDT. Conselheiro Julgador do CARF, do TIT e do CMT.

ANTONINHO MARMO TREVISAN

Contador. Auditor e consultor de empresas desde 1970. Fundador da Trevisan Escola de Negócios. Ex-Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Membro do Conselho Superior de Economia (COSEC) da Fiesp. Membro do Conselho Superior do Movimento Brasil Competitivo (MBC). Membro do Conselho de Altos Estudos de Finanças e Tributação (CAEFT) da Associação Comercial de São Paulo. Membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Analistas de Mercado de Capitais (APIMEC). Membro nato do Conselho Consultivo da Associação Comercial de São Paulo. Membro nato do Conselho da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC). Membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABCC). Membro da Academia Paulista de Contabilidade (APC). Membro do Comitê Estratégico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

ARTHUR PITMAN

Mestrando em Direito Tributário na Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT). Pós-graduado em MBA (*Master in Business Administration*) em Gestão Tributária pela FIECAFI. Advogado em São Paulo.

BRUNO NOGUEIRA REBOUÇAS

Advogado e consultor tributário em São Paulo. Especialista em Direito e Processo Tributário pela PUC e em Direito Empresarial pela FGV.

DANIEL DIX CARNEIRO

Mestre em Direito Internacional pela UERJ. Pós-graduado em Direito Tributário pela FGV e em Direito pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Bacharel em Direito pela UFF. Diretor da ABDF.

DIEGO MIGUITA

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). MBA em Gestão Tributária pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIECAFI, FEA/USP). Mestrando em Direito Tributário na Universidade de São Paulo (USP). Certificado em International Financial Reporting (CertIFRS) pela Association of Chartered Certified Accountants (ACCA). Fundador e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Práticas em IFRS (NEP/IFRS).

EDISON CARLOS FERNANDES

Advogado. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor do Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA USP).

EDUARDO FLORES

Professor Doutor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA USP). Contador e Bacharel em Ciências Atuariais. Pesquisador e Parecerista.

ELIDIE PALMA BIFANO

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutora em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora no Curso de Mestrado Profissional da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e nos Cursos de Especialização da Faculdade de Direito da PUC/SP, do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET), do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) e da Escola de Direito do Centro de Extensão Universitária (CEU Law School) do Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS). Advogada em São Paulo.

FABIO PEREIRA DA SILVA

Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Especialista em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Direito Empresarial pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-graduado em *Business Management* com ênfase em finanças na UCSD University of California, San Diego (2011). Graduado em Direito pela Universidade Paulista (2001) e em Ciências Contábeis pela Faculdade Trevisan (2011). Coordenador do MBA em Gestão Tributária da FIPECAFI. Professor da Faculdade FIPECAFI e da GVLaw. Advogado em São Paulo.

HERON CHARNESKI

Doutorando e Mestre em Direito Tributário (USP). Master of Laws (LL.M.) em Direito Comercial (University of California, Davis). Advogado e Contador.

JORGE GUILHERME MOREIRA

Bacharel em Direito. LL.M. em Direito Empresarial, com concentração em consultivo tributário. Graduando em Ciências Contábeis.

NATANAEL MARTINS

Graduado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor no curso de especialização em Direito Tributário do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET).

NELSON CARVALHO

Mestre e Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA USP (*campus da capital*) nos cursos de graduação e de pós-graduação *strictu sensu*. É diretor de pesquisas da FIPECAFI.

PAULO HENRIQUE PÊGAS

Contador, com mais de trinta anos de experiência profissional em empresas do sistema financeiro nacional. No meio acadêmico, atua como professor do IBMEC-RJ e da Fipecafi-SP e de outras instituições de ensino. Sócio-fundador do IPEC-RJ (www.ipecrj.com.br) e autor de quatro livros na área contábil-tributária, sendo o principal o **Manual de contabilidade tributária** (9ª edição, GEN-Atlas).

RINALDO BRAGA

Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT). Pós-graduado em MBA (*Master in Business Administration*) em Gestão Tributária pela FIPECAFI. Advogado em São Paulo.

RODRIGO DE FREITAS

Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Professor no Curso de Especialização em Direito Tributário do IBDT. Conselheiro Julgador do CMT. Advogado em São Paulo.

RODRIGO SCHWARTZ HOLANDA

Advogado. Bacharel em Ciências Contábeis. Mestrando em Direito Tributário (PUC/SP). Especialista em Direito Tributário pelo IBET. Pós-graduado em Processo Civil. Professor do IBET/SC.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 13

ARTIGOS

DO RECONHECIMENTO CONTÁBIL E DA TRIBUTAÇÃO DO ATIVO
CONTINGENTE RELACIONADO À EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE
DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS – ANÁLISE DAS OPERAÇÕES
FINANCEIRAS DE VENDA DOS CRÉDITOS 17
Alexandre Evaristo Pinto
Antoninho Marmo Trevisan
Rodrigo de Freitas

RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO E O TRATAMENTO
TRIBUTÁRIO DA AMORTIZAÇÃO DAS BENFEITORIAS EM
IMÓVEIS DE TERCEIROS 39
Daniel Dix Carneiro
Bruno Nogueira Rebouças

RECONHECIMENTO DA PECLD PELA ABORDAGEM SIMPLIFICADA E
POTENCIAIS IMPLICAÇÕES NO IRPJ 65
Diego Migueta
Eduardo Flores
Nelson Carvalho

NORMAS "JUSCONTÁBEIS" COMO BASE DE APLICAÇÃO
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 87
Elidie Palma Bifano

ATIVOS TRIBUTÁRIOS A RECUPERAR: RECONHECIMENTO CONTÁBIL E TRIBUTAÇÃO <i>Heron Charneski</i>	111
PRINCÍPIOS CONTÁBEIS E FISCAIS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS PRÉ-IFRS <i>Jorge Guilherme Moreira</i>	129
<i>IMPAIRMENT TEST</i> [TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS] – TRATAMENTO CONTÁBIL E TRIBUTÁRIO APLICÁVEL – ANÁLISE CRÍTICA DA SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N. 672/2017 <i>Natanael Martins</i>	149
O NOVO LUCRO REAL DA RFB E A RASTREABILIDADE: INTEGRANDO CONTABILIDADE E FISCO <i>Paulo Henrique Pêgas</i>	163
O CPC N. 47 E O CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE OS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS SOBRE BENS E SERVIÇOS (ICMS E ISS) <i>Rinaldo Braga</i> <i>Arthur Pitman</i> <i>Fabio Pereira da Silva</i>	195
ASPECTOS CONTÁBEIS E FISCAIS SOBRE O <i>IMPAIRMENT</i> E SEUS REFLEXOS NA COFINS E NA CONTRIBUIÇÃO AO PIS <i>Rodrigo Schwartz Holanda</i>	231
COMENTÁRIOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS – CPC	
EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – COMENTÁRIOS TRIBUTÁRIOS AO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 02 (R2) <i>Edison Carlos Fernandes</i>	253
PADRONIZAÇÃO PARA O ENVIO DE TEXTOS	267

APRESENTAÇÃO

A Contabilidade já não é estranha ao contexto do advogado tributarista. A primeira prova disso é o segundo ano da **Revista de Direito Contábil Fiscal**. Outra prova é a profundidade dos textos que estão sendo produzidos com a confluência entre Direito Contábil e Direito Tributário. Falar em IFRS não é só rotina, mas, é também motivo de curiosidade investigativa por parte dos estudiosos da tributação no Brasil. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis firmou seu lugar ao lado do Código de Processo Civil: não há mais confusão entre esses "CPC".

E não poderia ser diferente. O diálogo entre o Direito Contábil e o Direito Tributário, além de necessário, é um caminho sem volta. Seja reafirmando a sinergia (quase simbiose) desses ramos do Direito, seja se mantendo o entendimento referente à delimitação dos campos de atuação específicos, o diálogo e a troca de experiências devem seguir. Ambos só têm a ganhar com essa inter-relação.

No presente número, são tratados os seguintes temas: o reconhecimento contábil e a tributação do ativo contingente relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS; a renovação do contrato de locação e o tratamento tributário da amortização das benfeitorias em imóveis de terceiros; o reconhecimento da PECLD pela abordagem simplificada e potenciais implicações no IRPJ; as normas "juscontábeis" como base de aplicação da legislação tributária; ativos tributários a recuperar (reconhecimento contábil e tributação); princípios contábeis e fiscais (aproximações e distanciamentos pré-IFRS); *impairment test* (tratamento contábil e tributário aplicável); o novo lucro real da RFB e a rastreabilidade (integrando Contabilidade e Fisco); o CPC n. 47 e o conflito de competência entre os tributos estaduais e municipais sobre bens e serviços (ICMS e ISS); aspectos contábeis e fiscais sobre o *impairment* e seus

reflexos na Cofins e na contribuição ao PIS. Por fim, são apresentados comentários tributários ao Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

Boa leitura!
Maio de 2020

Marcelo Magalhães Peixoto
Edison Carlos Fernandes
coordenadores